

10 SET 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Sociedade. Sistema nacional foi lançado em agosto e já está em operação em alguns Estados. Ele faz uma varredura todas as noites, procurando vínculos, em um processo hoje manual. Há prioridade para perfis mais difíceis, como crianças mais velhas e com deficiência

Nova ferramenta usa tecnologia para juntar famílias e crianças na fila de adoção

Júlia Marques

Davi, de 7 anos, já inclui nos desenhos a irmã que ele ainda não conhece. Depois da adoção dele, que demorou três anos e meio, a manicure Daniele Martins, de 32 anos, está de volta à fila dos pretendentes. Só que agora uma nova ferramenta, que deve passar a funcionar em todo o País mês que vem, promete acelerar adoções, fazendo conexões de perfis e aproximando pretendentes e crianças.

“O sistema vai fazer todas as noites uma varredura, procurar na base de dados de pretendentes se tem algum dentro do perfil da criança. Se tiver, vai fazer uma vinculação entre eles”, explica Isabely Mota, subcoordenadora do grupo de trabalho de gestão dos sistemas de cadastro do Conselho Nacional de Justiça, responsável pela mudança. O CNJ lançou a plataforma, batizada de Sistema Nacional de Adoção (SNA), no mês passado. A ferramenta já está em operação em alguns Estados.

Hoje, essa vinculação entre pretendentes e crianças para a adoção é feita manualmente pelas Varas de Infância, que têm de bater o perfil da criança com critérios estabelecidos pelos pretendentes à adoção (quan-

do começam o processo, podem escolher faixa etária, cor, sexo e outras características da criança que pretendem adotar). Sem o sistema, cada juiz usa as próprias ferramentas, como planilhas no computador mais ou menos organizadas.

A nova varredura noturna deve analisar todas as informações reunidas em um só banco de dados. As buscas serão feitas com prioridade para crianças com perfis mais difíceis de adoção, como aquelas mais velhas ou com deficiência. Haverá procura primeiro no município. Se não for encontrado um pretendente para aquela criança, a varredura vai para o Estado. Por último, haverá uma análise em todo o Brasil. Todas as noites, todas as crianças aptas à adoção passarão por análise.

Quando se encontrar algum vínculo, a Justiça deve entrar em contato com a família que pretende adotar. “Se em 15 dias não for feito nenhum contato e essa vinculação tiver sido mantida pela Vara da Infância, o sistema deverá mandar um e-mail para o pretendente, informando”, explica Isabely. Com isso, o próprio pretendente pode ir atrás da Justiça para conhecer a criança. A ideia é acelerar os processos de adoção, evitando a permanência em abrigos de crianças já aptas a ganhar uma nova família.

Estudos brasileiros e internacionais mostram que a longa permanência de crianças em instituições de acolhimento é prejudicial – há risco de que recebam menos estímulos e tenham desenvolvimento atrasado. No Brasil, segundo o CNJ, há 47,4 mil meninos e meninas nessa situação, a maior parte adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê prazo máximo de um ano e meio em abrigos.

Espera. “Uma reclamação que sempre tinha é que crianças ficavam ‘esquecidas’ no abrigo. O sistema foi desenvolvido para visualizar com transparência e precisão os que estão em situação de espera”, explica o desembargador Samuel Meira Brasil Junior, corregedor-geral do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, Estado que inspirou as mudanças em nível nacional. Por lá, um sistema parecido funciona desde 2008.

CONTINUA

10 SET 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Além de procurar identificar conexões, o SNA também passará a incluir dados de crianças acolhidas em abrigos, que não estão aptas à adoção. A ideia é acompanhar o percurso de meninos e meninas: por quanto tempo estão acolhidas, se retornaram à família de origem ou passaram por processo de destituição do poder familiar (quando são desvinculadas legalmente dos familiares). Alertas serão emitidos aos juízes quando os prazos de algumas etapas estiverem chegando ao fim.

Os pretendentes também poderão saber, pelo sistema, a posição na fila de adoção – hoje, esse dado é informado geralmente quando as famílias procuram pessoalmente a Vara da Infância onde estão habilitadas – e atualizar contatos. A ideia é dar mais transparência ao processo e evitar falhas de comunicação.

Para as famílias, as notícias são um alento. “Queria que fosse mais rápido. Foi uma espera bastante ansiosa. Ficava sonhando com ele e não podia fazer nada”, lembra Daniele, sobre o tempo até ser chamada para conhecer Davi.

“E tinha muitas dúvidas. Ficava pensando se perderam meus papéis”, diz Daniele, que, durante a espera pelo filho ia frequentemente ao Fórum para saber se sua vez estava próxima. Já com Davi em casa, sofreu quando fez uma visita ao abrigo onde ele passou o primeiro ano de vida. “Os bebês não são maltratados, mas não são tratados como nossos filhos, como gostaríamos que fossem, até porque não podem ter vínculo com a criança. Dói pensar.” A família agora busca uma menina de 6 anos.

COMPARAÇÃO

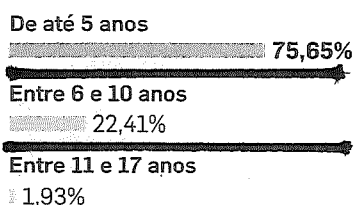
	COMO É	COMO FICA
Banco de dados	Há dois sistemas que não dialogam: o cadastro de crianças acolhidas e o cadastro de adoção.	Sistema incluirá informações sobre crianças acolhidas, aptas à adoção e pretendentes.
Forma de busca	O juiz busca de forma manual, inicialmente em sua Vara da Infância, pretendentes com perfil compatível.	Plataforma fará uma varredura automática diária nos dados de crianças disponíveis.
Alertas na tela	Os juízes devem seguir os prazos, mas não há alertas automáticos.	Mensagens nos computadores vão alertar sobre o fim de prazos.
Posição na fila	A posição do pretendente na fila é informada, em geral, apenas em visitas presenciais à Vara da Infância.	O sistema vai informar a posição relativa do pretendente na fila de adoção.

CONTINUA

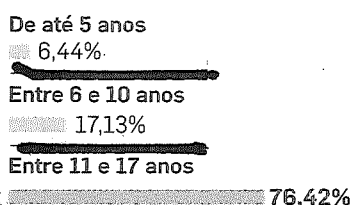
Desafio é atualizar dados de acolhidos em tempo real

DESCOMPASSO

Pretendentes que aceitam crianças



Crianças aptas à adoção



FONTE: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Em São Paulo, servidores passaram por treino para usar sistema; exigências do pretendente também são entraves à adoção

A solução para a situação de crianças acolhidas no País não passa apenas por ferramentas tecnológicas. Juízes da infância ouvidos pelo Estado contam que os entraves vão desde a alta exigência de pretendentes – a maioria só aceita crianças pequenas – até a falta de pessoal para coletar e atualizar dados. Alguns Estados, incluindo São Paulo, já estão usando o Sistema Nacional de Adoção (SNA).

“Vejo com bons olhos (o SNA), mas vai depender de como esses cadastros vão ser alimentados. Ele precisa estar atualizado em tempo real”, afirma Fátima Liz Bardelli Teixeira, promotora de Justiça de São Paulo e assessora do Centro de Apoio Operacional de Infância e Juventude e Idoso. A conexão pela plataforma, diz, pode acelerar a localização de pretendentes, mas não dispensa o olhar humano sobre os processos.

Em São Paulo, onde o SNA passou a funcionar no mês passado oficialmente, pelo menos 80% das comarcas já foram treinadas para usar a ferramenta. “É importante que a equipe técnica, funcionários e magistrados se conscientizem da necessidade de alimentar de forma

correta. Se a criança entrou no abrigo, imediatamente deve ser colocada no sistema”, diz a juíza Mônica Gonzaga Arnoni, da 1.ª Vara da Infância e Juventude Central de São Paulo.

Para ela, os alertas aos juízes sobre o fim dos prazos, previstos no novo sistema, são uma “forma de dar atenção aos processos”, mas Mônica teme que alguns avisos, de tanto piscar na tela dos magistrados, acabem sendo ignorados. Um deles é sobre o prazo legal de 120 dias para o julgamento da ação de destituição do poder familiar (só após esse processo é que a criança estaria apta à adoção).

Na prática, segundo a juíza de São Paulo, há dificuldades em cumprir o tempo máximo. “É uma ação contra os pais biológicos e eles têm direito de defesa. Se encontramos quatro endereços possíveis da mãe, temos de tentar citá-la nesses quatro endereços”, exemplifica.

“Nem toda criança que está no abrigo está apta para adoção”, enfatiza Mônica. A lei prevê que o bem-estar dos pequenos – e não a vontade dos pretendentes – seja assegurado e entende que a prioridade é o vínculo com a família de origem.

Aos 14, a chance de adoção é uma em mil

● A chance de um menino de 14 anos, pardo e com irmãos, ser adotado, em um ano, é de uma em mil. E esse é o perfil mais comum de crianças disponíveis para adoção. Ferramenta de simulação feita pelo Estado com base em dados de pretendentes e crianças mostra quanto tempo leva para que meninos e meninas deixem abrigos. Ter mais de 5 anos, irmãos e algum tipo de deficiência são características que tornam a adoção muito difícil.

/VINICIUS SUEIRO e MARIANA CUNHA

Estrutura. Para Mônica Labuto, juíza da 3.ª Vara da Infância e da Juventude e Idoso do Rio, o sistema pode ser um “facilitador”, mas a agilidade depende de outros fatores, como Varas da Infância bem estruturadas e específicas para crianças. “Hoje, tenho processos de idosos centenários, que têm de andar rápido. Muitas vezes o das crianças têm de ser deixado de lado.”

Outro gargalo, diz, é a comunicação com os abrigos, que devem dar feedback aos juízes sobre a relação das crianças com a família biológica – dado importante para determinar se ainda há vínculo com genitores ou se, ao contrário, a criança poderia ser encaminhada para a adoção. “Hoje, são poucos técnicos. Há insuficiência no quadro.” /J.M.

10 SET 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Flávio atua para anular criação da CPI da Lava Toga

● O senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) recebeu do presidente nacional do partido, deputado Luciano Bivar (PE), pedido para entrar na articulação contra a criação da CPI da Lava Toga. Filho do presidente Jair Bolsonaro, Flávio é o único dos quatro senadores do PSL que não assinou a petição pela abertura da comissão. A CPI é vista com poder para afetar a relação entre os Poderes. A articulação para entrar a CPI é liderada pelo presi-

dente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que classificou a tentativa de criação da comissão como inconstitucional. "Se há entendimento de que a comissão não pode investigar decisão judicial, como vou passar por cima disso?", questionou. Bivar disse ter pedido aos senadores que reconsiderassem o posicionamento porque viu na proposta "uma afronta ao Poder Judiciário". Os senadores Major Olímpio (SP) e Soraya Thronicke (MS) afirmaram que não vão mudar de posição e negaram ter sido procurados por Flávio Bolsonaro. Juíza Selma (PSL-MT) não quis se manifestar. / DANIEL WETERMAN, BRENO PIRES e JULIA LINDER

PRONTO, FALE!



Major Olímpio

Líder do PSL no Senado

"Se não enfrentarmos a metástase da corrupção que se alastrou no Judiciário, tudo pode ser jogado fora. Não vou tirar minha assinatura da CPI da Lava Toga."

SÔNIA RACY

Desfalcado

O Conselho Nacional do Ministério Público corre o risco de ficar paralisado até o final de setembro. É que em três semanas terminam os mandatos de 8 de seus 14 integrantes. Pelo estatuto, o CNMP só pode funcionar com o mínimo de 8 conselheiros.

Para que as vagas sejam preenchidas é preciso ter a aprovação do Senado – o que não tem data para acontecer.

Apelação

O TJ de Minas Gerais julga hoje o recurso de apelação do Ministério Público contra a absolvição de Gustavo Corrêa, o cunhado de Ana Hickmann que foi denunciado por homicídio doloso. Na defesa do acusado estará Fernando José da Costa.

A apresentadora sofreu atentado de um "fã" em maio de 2016, em um hotel em Belo Horizonte. Na ocasião, Gustavo matou Rodrigo Augusto de Pádua após ele atirar contra sua mulher, Giovana Oliveira, assessora de Hickmann.

O ESTADO DE S. PAULO

Lava Jato denuncia Lula e irmão por 'mesada'

10 SET 2019

A força-tarefa da Lava Jato em São Paulo denunciou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu irmão, José Ferreira da Silva, o Frei Chico, por corrupção passiva continuada. Segundo o Ministério Público Federal, entre 2003 e 2015 Frei Chico, sindicalista com atuação no setor do petróleo, recebeu R\$ 1.131.333,12 por meio de pagamento de uma "mesada", que variou de R\$ 3 mil a R\$ 5 mil e era parte de um "pacote" de vantagens indevidas oferecidas a Lula, em troca de benefícios obtidos pela Odebrecht em contratos com o governo federal.

A Procuradoria afirma que, "como a Odebrecht participava do setor, e vinha tendo problemas com sindicatos, o então presidente da companhia, Emílio Odebrecht, buscou uma aproximação com Lula.

Também investigados, Emílio, o filho - o também ex-presidente do grupo Marcelo Odebrecht - e o ex-diretor da empresa Alexandrino de Salles Ramos Alencar foram denunciados por corrupção ativa continuada. Segundo o MPF, os pagamentos ocultos "foram, inicialmente, autorizados por Emílio, e mantidos por decisão de Marcelo, mesmo com o término do mandato de Lula, em 2010."

Defesas. Em nota, o advogado de Lula, Cristiano Zanin Martins, afirmou que a nova denúncia "repete as mesmas e descabidas acusações já apresentadas em outras ações penais contra o ex-presidente". "Lula jamais ofereceu ao Grupo Odebrecht qualquer 'pacote de vantagens indevidas', tanto é que a denúncia não descreve e muito menos comprova qualquer ato ilegal praticado pelo ex-presidente."

As defesas da Odebrecht e dos demais citados não foram localizadas. / LUIZ VASSALLO,

PEDRO PRATA e FAUSTO MACEDO

10 SET 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Ratinho Jr. indica Priscilla Placha para vaga no TJ-PR

O governador Ratinho Junior indicou nesta segunda-feira (9) a advogada Priscilla Placha Sá para o cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Ela vai ocupar o lugar que estava aberto desde o falecimento do desembargador Cláudio de Andrade.

O governador destacou que Priscilla Placha Sá é uma voz ativa na

sociedade paranaense, tem notório saber jurídico e capacidade para desempenhar com altivez a missão como desembargadora.

A advogada integra a lista tríplice da seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) encaminhada para o Governo do Estado para a vaga do quinto constitucional. ■

ANP



Priscilla Placha será a nova desembargadora do Paraná

10 SET 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Delator ganha indulto

A juíza Carolina Moura Lebbos, da 12ª Vara Federal de Curitiba, concedeu indulto a Dalton dos Santos Avancini, ex-diretor-presidente da Camargo Corrêa e um dos delatores do processo de corrupção na Petrobras. A decisão, proferida na última terça-feira, 3, acolhe um pedido da defesa para a concessão do benefício regulamentado pelo Decreto 9.246 de dezembro de 2017, do então presidente Michel Temer. Preso preventivamente em novembro de 2014, Avancini foi condenado pelo então juiz Sergio Moro a 15 anos e dez meses de reclusão por corrupção.

Campanha na TV

O ministro da Justiça, Sérgio Moro, traçou uma estratégia para tentar salvar seu pacote anticrime no Congresso Nacional. Com sucessivas derrotas na Câmara, o ministro consultou a “bancada da bala” e agora está à procura de um relator “amigo”, favorável às propostas, para retomar o texto original em plenário. Ao mesmo tempo, o ministério vai lançar uma campanha publicitária para garantir apoio às medidas.

Ex-prefeitos condenados

Dois ex-prefeitos de Araucária foram condenados a 26 anos de prisão por organização criminosa, dispensa indevida de licitação, peculato e lavagem de dinheiro. Outros sete réus foram condenados a penas que variam de 19 a 24 anos de prisão. A decisão refere-se à segunda fase da Operação Sinecuras, que apura crimes contra a administração pública em Araucária cometidos de 2013 a 2016. Entre os réus, estão três ex-diretores da Companhia de Desenvolvimento de Araucária (Codar), dois corretores de imóveis e dois proprietários de um terreno adquirido irregularmente pela Prefeitura. ■

10 SET 2019

FOLHA DE LONDRINA

Assembleia Legislativa aprova reajuste diferenciado para os poderes

Ao contrário da reposição definida para os servidores do Executivo, os demais receberão reajuste da inflação em 4,94% de uma vez só

Emenda que propunha estender o reajuste aos servidores do Executivo foi rejeitada em plenário

Deputados fizeram sessão extraordinária para aprovar projetos que reajustam em 4,94% os salários dos servidores do TJ, MP, Tribunal de Contas e Defensoria Pública

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - A AL (Assembleia Legislativa) do Paraná aprovou nessa segunda-feira (9), em uma sessão ordinária e uma extraordinária, os projetos de lei que reajustam em 4,94% os salários dos servidores do TJ (Tribunal de Justiça), do MP (Ministério Público), do TC (Tribunal de Contas) e da Defensoria Pública. Foram 34 votos favoráveis, 15 contrários e duas abstenções, no primeiro turno. O texto relativo ao próprio Legislativo também passou, mas com 33 votos.

Ao contrário do que chegou a ser ventilado no início da tramitação, os percentuais propostos pelos poderes, que correspondem à inflação, foram mantidos. O presidente da Casa, Ademar Trai-

ano (PSDB), defendeu, há dois meses, que os valores fossem os mesmos aplicados aos trabalhadores do Executivo, que receberão a reposição de 2019 em três parcelas, sendo a primeira em janeiro e a última em 2022. No entanto, acabou convencido por sindicatos como o Sindjus (Judiciário).

O líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), recomendou voto favorável, enquanto o líder do governo Ratinho Junior (PSD) na AL, Hussein Bakri (PSD), liberou a bancada. Ainda assim, os parlamentares presentes na sessão se dividiram. Antes da votação, houve também um questionamento do deputado Homero Marchese (PROS), que criticou o fato de as matérias terem entrado na pauta na própria segunda, sem aviso prévio.

PLEITO FORTE

Marchese tentou apresentar emenda estendendo o reajuste aos servidores do Executivo, entretanto, conseguiu apenas cinco assinaturas, das 28 necessárias. Ele alegou que não houve tempo para conversar com seus pares e, assim, convencê-los. Já Traiano justificou que havia um "pleito muito forte dos sindicatos" e que o presidente tem a prerrogativa, conforme o regimento interno, de incluir itens na ordem do dia sempre que julgar necessário.

CONTINUA

10 SET 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

“Não podemos diferenciar os servidores aqui do Centro Cívico. Não me parece justo nem razoável que os do Executivo não tenham a revisão por três ou quatro anos e os do Judiciário e do Tribunal de Contas tenham. Afinal, o caixa é único”, argumentou o político do PROS. “A justificativa é a falta de orçamento. Então, se não tem pro Executivo, por que tem pros outros poderes? Por questão de coerência e justiça tem de ser igual para todos”, completou Soldado Fruet (PROS).

“A oposição vai votar favorável por uma questão de coerência (...) Como falávamos em 2015, não é porque um deixa de pagar, não é porque o [ex-] governador Carlos Alberto vai dar o calote que todos vão dar. Eu lamento que não paguemos o reajuste dos servidores do Executivo. Mas miséria não se divide”, disse Veneri. O petista também lembrou que sempre defendeu a diminuição no repasse aos poderes e que, à época, não houve acordo. Ou seja, haveria agora recurso disponível para pagar a reposição.

FOLHA DE LONDRINA

Torturado em supermercado vai para abrigo público

Dhiego Maia

Folhapress

10 SET 2019

São Paulo - O garoto de 17 anos, torturado por dois seguranças após furtar barras de chocolate de uma unidade do supermercado Ricoy, na zona sul de São Paulo, foi retirado da casa de um de seus irmãos e levado para um abrigo da prefeitura.

A família do menino alegou que sofreu ameaças e recebeu a visita de desconhecidos nos últimos dias. Por isso, autorizou a ida do garoto na última sexta-feira (6) para um espaço da rede assistencial para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

O Conselho Tutelar de Cidade Ademar (zona sul) também pediu a inclusão do menino no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, do governo federal.

O segurança David de Oliveira Fernandes, 37, foi localizado por investigadores da 80ª DP (Vila Joaniza), e preso nesta sexta (6). O outro suspeito, Waldir Bispo dos Santos, 49, foi preso no sábado (7). Ele se apresentou na Deatur (Delegacia de Apoio ao Turista), o 2ª DP do aeroporto de Congonhas (zona sul), e encaminhado ao 80ª DP.

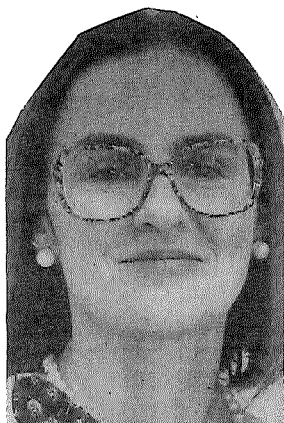
Ambos já tinham sido desligados da empresa terceirizada que faz a segurança do Ricoy. Em nota, a KRP Valente Zeladoria Patrimonial afirmou que lamenta os fatos. O grupo Ricoy afirma que "jamais estimulou a violência, a discriminação, a coação, o constrangimento ou a força desmedida e desnecessária".

INFORME

Operação Sinecuras

Dois ex-prefeitos de Araucária (Região Metropolitana de Curitiba), Rui Sérgio de Souza e Olizandro Ferreira, foram condenados a 26 anos de prisão por organização criminosa, dispensa indevida de licitação, peculato e lavagem de dinheiro. Outros sete réus foram condenados a penas que variam de 19 a 24 anos de prisão. A decisão refere-se à segunda fase da Operação Sinecuras, que apura crimes contra a administração pública em Araucária cometidos de 2013 a 2016. Entre os réus, estão três ex-diretores da Companhia de Desenvolvimento de Araucária (Codar), dois corretores de imóveis e dois proprietários de um terreno adquirido irregularmente pela Prefeitura. Três réus já cumprem pena por condenações na operação: um dos ex-prefeitos (preso) e outros dois monitorados por tornozeleira eletrônica.

10 SET 2019
METRO



Nova desembargadora

Escolhida para o TJPR

A advogada e professora Priscilla Placha Sá (foto) é a nova desembargadora do TJPR (Tribunal de Justiça do Paraná). A indicação foi feita ontem pelo governador Ratinho Junior (PSD) para a vaga do magistrado Cláudio de Andrade, morto em janeiro. Sá integrava a lista tripla da OAB-PR enviada ao governo e ocupará uma das vagas do "quinto constitucional", no qual 1/5 vagas nos tribunais deve ser preenchido por advogados e membros do Ministério Público, e não por juízes de carreira. Doutora em Direito do Estado pela UFPR, a advogada atua como professora da PUCPR e da UFPR, tanto da graduação quanto da pós-graduação.

10 SET 2019

TRIBUNA DO PARANÁ

REAJUSTE

APROVADO

Incluída na pauta de última hora, a matéria foi aprovada por 35 dos 50 deputados que compareceram à sessão

Carlos Coelho e Célio Yano
Gazeta do Povo

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou ontem, em duas votações, o reajuste a servidores da própria Alep, do Tribunal de Justiça (TJ-PR), do Ministério Público (MP-PR), do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) e da Defensoria Pública.

A votação não estava na pauta do dia da sessão plenária, mas foi incluída de última hora pelo presidente da Casa, deputado Ademar Traiano (PSDB). A inclusão foi alvo de protesto do deputado Homero Marchese (Pros), que classificou a ação como uma 'manobra' para facilitar a aprovação dos cinco projetos de lei. Traiano se defendeu argumentando que o regimento da Alep permite a adição de matérias deste tipo pelo presidente da Casa a qualquer momento.

Dos 50 deputados que compareceram à sessão, 15 foram contrários aos aumentos.

Os servidores ativos e aposentados desses cinco órgãos devem ter um reajuste de 4,94% com aplicação retroativa a 1º de maio, segundo propõem os projetos de lei 577, 578, 579, 580 e 656, de autoria dos próprios poderes. No caso do TJ, a proposta prevê um reajuste ainda maior, de 6,38%, nos

vencimentos básicos e encargos especiais de assistentes de juiz.

Controvérsia com o Executivo

A votação foi acompanhada dos reajustes é o desfecho de uma negociação controversa. É que os servidores do Executivo não conseguiram emplacar uma reposição semelhante. A proposta aprovada para este Poder é um parcelamento. A lei sancionada pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior (PSD) estabelece reajustes para os próximos três anos, com a aplicação da primeira parcela, de 2%, em janeiro de 2020.

O Poder Executivo é o que concentra o maior número de funcionários públicos no estado: são quase 180 mil pessoas na folha de pagamento, segundo o Portal da Transparência do governo.

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

A hipocrisia dos censores

SÃO PAULO Há algo de irremediavelmente falso na atitude de autoridades que buscam censurar obras que considerem pornográficas ou licenciosas. A razão sempre alegada por esses líderes é a de que as palavras ou imagens usadas pelo artista precisam ser tiradas de circulação para proteger a família, particularmente os jovens, de influências indevidas e danosas, que poderiam perverter sua sexualidade ainda em formação.

O argumento não tem nenhuma base científica, mas deixemos isso para lá. Mesmo que fosse verdade, o fato é que, no mundo de redes sociais e polarização política em que vivemos, tentativas de suprimir algo das vistas do público invariavelmente provocam reações cujo resultado é dar ampla publicidade ao material —o exato oposto dos objetivos proclamados.

Uma autoridade precisaria estar no limite da oligofrenia para ignorar esse efeito, de onde eu concluo que nossos candidatos a censores estejam muito menos interessados em preservar a juventude do que em apregoar em alto e bom som sua adesão a um conjunto específico de valores, isto é, em ganhar pontos com sua clientela. E o nome disso, em bom português, é hipocrisia —a homenagem que o vício presta à virtude, nas palavras de La Rochefoucauld.

Indo um pouco mais longe, penso que já seja hora de aposentarmos, por inúteis, os dispositivos do ECA que tentam impedir adolescentes de ter acesso a conteúdos sexuais. Tais mecanismos, que são os mais usados para tentar justificar atos de censura, simplesmente perderam sua razão de existir.

A ideia de evitar que material pornográfico chegasse às mãos de adolescentes talvez ainda soasse moderadamente factível no mundo analógico, mas se tornou risível num planeta em que qualquer pessoa com acesso à internet está a um clique de distância de sites com quantidades quase infinitas de sexo em todas as modalidades já imaginadas por humanos. Há limites para a hipocrisia.

10 SET 2019

10 SET 2019

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

PAGAR QUANTO? O Tribunal de Justiça de São Paulo marcou para a quarta-feira (11) o julgamento de uma ação contra um executivo da Casas Bahia, um procurador e um advogado por corrupção e lavagem de dinheiro. O Ministério Público de SP afirma que o procurador teria recebido R\$ 1 milhão em propina para favorecer a empresa na Justiça.

NÃO PODE A Casas Bahia afirma que não corrobora e não estimula seus colaboradores a realizarem tal prática. “Sobre o caso em questão, a empresa prestou todos os esclarecimentos necessários e o caso está sob análise do Poder Judiciário.”

LÁPIS Organizações da sociedade civil vão protocolar um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal contra o decreto do presidente Bolsonaro que altera a configuração do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

BORRACHA O documento, assinado por Instituto Alana, de combate à publicidade infantil e garantias para a plena infância, Conselho Federal de Psicologia e outras sete entidades, pede a restauração imediata do Conanda com sua configuração original com os conselheiros eleitos para até 2020.

CANETA Em decreto publicado na quinta (5), o presidente Jair Bolsonaro retirou os membros do conselho e fez mudanças que diminuem o poder do órgão. O governo federal nega o sucateamento do órgão.

A atuação do chefe da força-tarefa da Lava Jato de Curitiba, Deltan Dallagnol, deve ser alvo de nova discussão no Conselho Nacional do Ministério Público, nesta terça (10). A expectativa no órgão é a de que o corregedor Orlando Rochadel libere seu entendimento a respeito de recurso de Renan Calheiros (MDB-AL) contra o procurador. Não há expectativa de que o CNMP acolha pedido de suspensão de Dallagnol, mas há, sim, chances de que um terceiro processo disciplinar seja aberto contra ele.

VERÃO PASSADO O emedebista acusa Deltan de ter usado suas redes sociais para atacá-lo e influenciar a eleição de presidente do Senado.

XADREZ O CNMP virou palco de forte queda de braço. Se de um lado há entusiastas de uma punição, do outro, aliados do chefe da força-tarefa de Curitiba também se movimentam. A indicação de Luciano Nunes Maia ao colegiado, já aprovada pelo Senado, não foi encaminhada pelo Ministério da Justiça, sob a alçada de Sergio Moro.

ÁRVORE GENEALÓGICA Maia é parente do ministro do Superior Tribunal de Justiça, Napoleão Maia, um crítico dos métodos da Lava Jato — dos quais ele próprio já foi alvo.

ARTE DA GUERRA Indicado por Jair Bolsonaro para suceder Raquel Dodge na Procuradoria-Geral da República, Augusto Aras convidou a procuradora Thamea Danelon para integrar sua equipe, segundo aliados. O movimento deixa claro que o escolhido do presidente tenta diminuir a resistência interna.

ARTE DA GUERRA 2 Danelon chegou a coordenar a Lava Jato em SP. Ela aparece em conversas reveladas pelo The Intercept Brasil como aliada de Deltan Dallagnol e, recentemente, defendeu que o próximo procurador-geral fosse escolhido dentro da lista tríplice que Bolsonaro ignorou.

VIGIAI Já o convite de Aras a Eitel Santiago para a secretaria-geral do Ministério Público intrigou membros da carreira. A escolha foi vista como “sintoma de aparelhamento”. Eitel é procurador aposentado e foi candidato a deputado ano passado pelo PP.

VIGIAI 2 Há quem defenda Eitel, dizendo que ele fez bom mandato no Conselho Superior do MPF e como corregedor. Mesmo esses reconhecem que os problemas administrativos são muitos e, por isso, também preveem dificuldades para ele no novo posto.

PASSA PARA CÁ A defesa do ex-presidente Lula recorreu de decisão em que o ministro Edson Fachin, do STF, rejeitou o compartilhamento das mensagens obtidas pela Polícia Federal com o suspeito de hackear procuradores e outras autoridades.

RECORDAR É VIVER No agravo, os advogados do ex-presidente citam reportagem publicada pela Folha em parceria com o The Intercept, no domingo (8). O texto mostrou que diálogos mantidos em sigilo pela Lava Jato colocam em xeque o entendimento que levou o então juiz Sergio Moro a divulgar grampos do petista com Dilma Rousseff.

RECORDAR É VIVER 2 O lance foi determinante para a derrocada de Dilma, que, na época, ameaçada de impeachment, tentava nomear Lula ministro da Casa Civil. O caso deve ser apreciado pela Segunda Turma.

TIROTEIO

“As manifestações mostram a Augusto Aras que não impõe liderança e confiança quem desdenha da própria casa

Do procurador Blal Dalloul, terceiro colocado na lista tríplice, sobre a indicação de novo procurador-geral fora da seleção do MPF

10 SET 2019

FOLHA DE S. PAULO

Procuradores protestam e discutem boicote a cargos contra futuro PGR

Em atos pelo país, membros do Ministério Público dizem que não aceitarão chefe ligado ao governo

José Marques
e Reynaldo Turolo Jr.

SÃO PAULO E BRASÍLIA Em referência a Augusto Aras, indicado por Jair Bolsonaro (PSL) para a PGR (Procuradoria-Geral da República) por fora da lista triíplice, procuradores disseram nesta segunda-feira (9), em atos pelo país, que não aceitarão um procurador-geral que seja identificado com o Poder Executivo.

Entre as propostas contra Aras, integrantes do Ministério Público Federal têm discutido fazer um boicote aos cargos caso o indicado tenha seu nome referendado pelo Senado.

“Há uma mobilização, proposta pela associação de procuradores, com a possibilidade de que nenhum procurador, de qualquer instância, assumam cargos na atual gestão uma vez que ela não se submeteu ao processo democrático de escolha”, disse Thiago Lacerda Nobre, procurador-chefe do MPF em São Paulo, no protesto da capital paulista.

Ele é integrante e ex-coordenador da força-tarefa da Lava Jato paulista. Outros membros do grupo também participaram do ato de São Paulo, além de responsáveis por grandes operações do estado, como a Descarte, que prendeu suspeitos de operar repasses a políticos.

A escolha do novo PGR viria sendo precedida de uma eleição da ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República) para definir quem os membros da categoria mais querem no cargo.

Os três candidatos mais votados compõem uma lista enviada ao presidente da República, que vinha seguindo desde 2003 a tradição de indicar um dos nomes.

Pela Constituição Federal, porém, Bolsonaro não é obrigado a indicar alguém da lista triíplice. Aras correu por fora e, com indicação do presidente, precisa agora ter seu nome aprovado pelo Senado.

“Essa escolha sem nenhum ato democrático, sem nem sabermos o que pensa essa pessoa indicada a procurador-geral, sem que ele tenha sequer sinalizado aos procuradores do Brasil o que ele pensa, quais são seus projetos, nos faz ter receio do que virá por adiante”, disse Nobre.

Pedro Machado, diretor da ANPR, disse que “nem a sociedade nem os pares tiveram acesso” à plataforma de campanha de Aras nem a quais compromissos ele assumiu.

Em Brasília, apesar de afirmarem que a mobilização não é “fulanizada” nem contrária à indicação de Aras, mas em favor da autonomia do Ministério Público Federal e da independência de seus membros, não faltaram críticas

indiretas ao nome escolhido por Bolsonaro.

Sem citar nominalmente Aras, presentes disseram que procuradores não devem advogar, não devem se alinhar ao governo e têm a obrigação constitucional de defender minorias e meio ambiente e de investigar criminalmente quem quer que seja suspeito, independentemente de relações familiares ou de amizade.

Participaram do ato os dois primeiros colocados na eleição interna da categoria, Mario Bonsaglia e Luiza Frischeisen (que foram preteridos por Bolsonaro), o presidente da ANPR, Fábio George da Nóbrega, o ex-procurador-geral Claudio Fonteles e outros membros do MPF.

Além de Brasília, segundo a ANPR, procuradores realizam atos em 15 estados nesta segunda-feira. O terceiro colocado na lista triíplice, Blal Dalloul compareceu à mobilização no Rio de Janeiro.

“Jamais aceitaremos um procurador-geral que seja identificado com o Poder Executivo”, afirmou Luiza Frischeisen. Para ela, a função da instituição é defender a sociedade, “e é por isso que não podemos advogar, é por isso que pregamos igualdade entre homens e mulheres, é por isso que defendemos o Estado laico”.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Aras se autodeclara católico e conservador nos costumes —na reta final da campanha, afirmou ser contra a criminalização da homofobia e o reconhecimento das uniões homoafetivas pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

“A Constituição prevê um Ministério Público autônomo, não a serviço do Poder Executivo. Preocupa essa visão de que o PGR precisaria ter um programa alinhado ao do governo”, disse Bonsaglia, conclamando os colegas a se manterem vigilantes.

Todos os presentes no ato desta segunda-feira rebateram a argumentação de Aras segundo a qual a eleição interna para a formação da lista tríplice é fruto de um corporativismo sindicalista.

Para eles, a lista é instrumento que ajuda a assegurar a independência do MPF e coloca freios no poder ilimitado do chefe do Executivo.

Em abril, quando se lançou candidato por fora da lista, Aras disse, em entrevista à *Folha*: “O MPF, quando se submete ao princípio da maioria através de eleições internas, atrai para seu âmbito os vícios naturais da política partidária, a exemplo do clientelismo, do fisiologismo, da política do toma lá dá cá”.

Apesar da reação da categoria, o subprocurador-geral recebeu nesta segunda o apoio do Ministério Público Militar e da ASMPF (Associação dos Servidores do MPF).

Em nota, o Ministério Público Militar disse que Aras conta com “experiência bastante para o exercício” da PGR.

O órgão disse estar “confiante na disposição do indicado de garantir a harmonia e a equanimidade entre os quatro ramos do MPU (Ministério Público da União)”.

Senado prevê votar indicação de Aras daqui a 2 semanas

BRASÍLIA O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), afirmou nesta segunda-feira (9) que, num cenário otimista, Augusto Aras pode ser confirmado pelo plenário da Casa como novo procurador-geral da República dentro de duas semanas.

“O perfil de um procurador de carreira que está enquadrado nas orientações para ocupar a Procuradoria-Geral da República foi escolhido pelo presidente do Brasil. O Senado vai sabatar e vai aprovar ou rejeitar”, disse.

Bolsonaro anunciou na última quinta-feira (5) a indicação de Aras para chefiar a PGR (Procuradoria-Geral da República), em substituição a Raque Dodge, cujo mandato de dois anos termina no próximo dia 17. Para ele ser confirmado no cargo, depende agora de aval dos senadores.

Com a saída de Dodge, enquanto o nome do novo PGR não for analisado pelo Senado, assume interinamente o vice-presidente do Conselho Superior do Ministério Público Federal, Alcides Martins.

Segundo Alcolumbre, a indicação oficial pode chegar nesta terça (10) ao Senado, que, em seguida, fará a leitura da designação no plenário e a encaminhará para a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Lá, a presidente do colegiado, senadora Simone Tebet (MDB-MS), indicará um relator —os mais cotados para a tarefa são Eduardo Braga (MDB-AM) e Eduardo Gomes (MDB-RO).

Após a leitura do relatório, é dado um período de vista coletiva. As sabatinas do indicado na CCJ e a votação, tanto no colegiado quanto no plenário do Senado, podem ocorrer na semana seguinte, após 22 de setembro.

Pela Constituição, Bolsonaro não era obrigado a indicar alguém da lista tríplice.

10 SET 2019

Próximos passos para a nomeação do PGR

Sabatina Para ser oficializado no cargo, Aras precisa ser sabatinado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, formada por 27 senadores. A sessão ainda não foi marcada

Votação na CCJ Após a sabatina, os 27 senadores da comissão votam para decidir se aprovam seu nome para a PGR

Votação no plenário O parecer da CCJ é encaminhado ao plenário, onde Aras precisará de maioria absoluta (41 senadores) para ser aprovado

Prazo Não há prazo para o Senado iniciar a análise. Se Aras não for aprovado pelo plenário até 17.set, quando termina o mandato da atual procuradora-geral, Raquel Dodge, assume a PGR interinamente o vice-presidente do Conselho Superior do MPF, Alcides Martins

CONTINUA

10 SET 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O QUE FAZ UM PCR

Abrangência É chefe do Ministério Público da União, que inclui Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Competência Representa o MPF junto ao STF e ao STJ e tem atribuições administrativas ligadas às outras esferas do MPU. Também é o procurador-geral eleitoral, com atuação no TSE (Tribunal Superior Eleitoral)

Exemplos de atuação:

- **No STF** Pode propor ações diretas de inconstitucionalidade (contra leis e decretos, por ex.) e ajuizar ações cíveis e penais. No caso das ações penais, é o único membro do Ministério Público que pode denunciar senadores, deputados, ministros de Estado, o presidente e o vice-presidente, além de outras autoridades com foro especial
- **No STJ** Pode representar pela federalização de casos de crimes contra os direitos humanos e propor ações penais (contra governadores, por exemplo)

POLÊMICA

Bolsonaro era obrigado a indicar alguém da lista triplíce?

Não. Por lei, o presidente não precisa aderir à lista, mas essa vinha sendo a conduta padrão adotada pelos chefes do Executivo desde 2003

10 SET 2019

FOLHA DE S. PAULO

Gilmar defende decisão que barrou posse de petista em 2016

Ricardo Balthazar

SÃO PAULO O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, disse que não se arrepende da decisão que suspendeu a nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como ministro em 2016, quando o líder petista teve conversas telefônicas grampeadas pela Operação Lava Jato.

“Hoje temos uma visão mais completa do que estava se passando”, afirmou nesta segunda-feira (9). “Mas as informações disponíveis na época permitiam concluir que havia um viés de fraude na nomeação, um desvio de finalidade, e foi esse o sentido da decisão.”

Reveladas pela Folha neste domingo (8), conversas de Lula gravadas pela Polícia Federal e mantidas sob sigilo desde 2016 colocam em xeque a tese de que a nomeação como ministro pela então presidente Dilma Rousseff (PT) tinha como objetivo obstruir as investigações da Lava Jato.

Dilma nomeou Lula como ministro da Casa Civil em 16 de março de 2016 e o empossou no dia seguinte. Gilmar suspendeu a nomeação e barrou a posse de Lula no dia 18, ao examinar duas ações apresentadas por partidos que faziam oposição ao governo Dilma, o PSDB e o PPS, hoje Cidadania.

Conversas interceptadas naquele dia, analisadas pela Folha em conjunto com o site The Intercept Brasil, mostram que Lula relutou em aceitar o convite, só aceitou ser ministro após sofrer pressões de aliados e estava empenhado em buscar reaproximação com o PMDB para evitar o impeachment de Dilma.

Os diálogos foram interceptados quando a PF e as operadoras de telefonia já tinham recebido ordem para inter-

“

As informações disponíveis na época permitiam concluir que havia um viés de fraude na nomeação, um desvio de finalidade, e foi esse o sentido da decisão

Gilmar Mendes
ministro do STF

romper a escuta telefônica, mas somente um telefonema de Dilma foi tornado público na época pelo então juiz Sergio Moro, que era responsável pelas ações da Lava Jato em Curitiba e levantou o sigilo da investigação sobre Lula.

“Seria preciso ter todas as informações disponíveis e analisá-las em seu devido contexto”, afirmou Gilmar nesta segunda. “Mas é muito estranho que somente um pedaço do fato e não sua inteireza tenha sido divulgado à época.”

Embora duas ligações de Lula interceptadas e mantidas sob sigilo naquele dia tivessem o então vice-presidente Michel Temer (PMDB) como interlocutor, o STF nunca foi informado de que ele também fora grampeado pela Lava Jato.

Mensagens trocadas por procuradores da Lava Jato e recebidas pelo Intercept mostram que os integrantes da operação foram alertados num grupo do aplicativo Telegram de que uma conversa de Temer também fora interceptada, mas o telefonema foi mantido em sigilo.

Moro, hoje ministro da Justiça no governo Jair Bolsonaro (PSL), disse à Folha que na época só tomou conhecimen-

to dos áudios anexados à investigação pela PF, a quem cabia selecionar os diálogos que fossem relevantes para o caso.

Em seu despacho em 2016, Gilmar concluiu que o objetivo de Dilma ao nomear Lula era impedir sua prisão, que os petistas consideravam iminente, e apontou como prova decisiva o áudio de 1min35s que Moro tornou público, com o telefonema em que Dilma tratou com Lula da posse no dia 16.

Nessa conversa, Dilma avisou Lula que mandara um assessor entregar o termo de posse para que ele tivesse o documento em mãos “em caso de necessidade”.

“A conduta demonstra não apenas os elementos objetivos do desvio de finalidade, mas também a intenção de fraudar”, escreveu Gilmar em seu despacho na época.

“O importante agora é organizar uma fuga para frente”, disse Gilmar nesta segunda. “Todas essas revelações estão expondo falhas no nosso sistema judicial, que permitiram abusos e mostram a necessidade de maior controle. Todos temos de fazer uma revisão.”

A Segunda Turma do STF, da qual o ministro faz parte, está para julgar um pedido da defesa de Lula que alega suspeição de Moro para atuar nas ações movidas contra Lula. Em junho, Gilmar defendeu o adiamento do julgamento, para que se analisasse melhor as mensagens.

10 SET 2019

BEMPARANÁ

Lava Jato acusa Lula e irmão por 'mesada' da Odebrecht

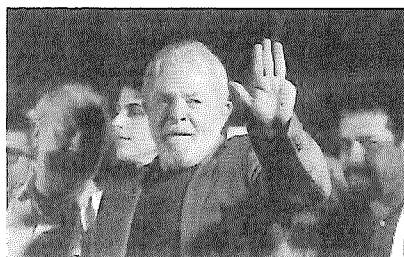
Segundo MPF, ex-presidente e Frei Chico recebiam propina mensal de empreiteira

A força-tarefa da Lava Jato em São Paulo denunciou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu irmão, Frei Chico, por corrupção passiva continuada. Os donos da Odebrecht, Emilio e Marcelo Odebrecht, e o ex-diretor da empresa, Alexandrino de Salles Ramos Alencar, foram denunciados por corrupção ativa continuada.

Segundo o MPF, "entre 2003 e 2015, Frei Chico, sindicalista com carreira no setor do petróleo, recebeu R\$ 1.131.333,12, por meio de pagamento de 'mesada' que variou de R\$ 3 mil a R\$ 5 mil e que era parte de um 'pacote' de vantagens indevidas oferecidas a Lula, em troca de benefícios diversos obtidos pela Odebrecht junto ao governo federal".

"Sindicalista militante, Frei Chico - que teria sido quem levou Lula ao sindicalismo - iniciou uma relação com a Odebrecht ainda nos anos 90. No início daquela década, estava em curso o Programa Nacional

Franklin de Freitas



Lula: "relação favorável"

de Desestatização, que sofreu forte resistência dos trabalhadores do setor. Ao todo, 27 químicas e petroquímicas estatais federais foram vendidas", afirma a Procuradoria.

Sindicatos - A Procuradoria afirma que "como a Odebrecht participava do setor e vinha tendo problemas com sindicatos, o então presidente da companhia, Emilio Odebrecht, buscou uma aproximação com Lula, e este sugeriu, então, que contratasse Frei Chico como consultor para intermediar um diálogo entre a Odebrecht e os trabalhadores".

"Também participava dessas reuniões o ex-executivo da companhia Alexandrino Alencar. Frei Chico, neste contexto, foi contratado e passou a ser remunerado por uma consultoria efetivamente prestada para a Odebrecht junto ao meio sindical", afirma a Lava Jato.

Consultoria - Segundo a força-tarefa, "em 2002, com a eleição de Lula, a Odebrecht entendeu por bem rescindir o contrato da consultoria prestada por Frei Chico, até porque, na época, a privatização do setor petroquímico já havia se consolidado e os serviços que ele prestava não eram mais necessários".

"Contudo, decidiu manter uma 'mesada' ao irmão do presidente eleito, visando a manter uma relação favorável aos interesses da companhia. Os pagamentos começaram em janeiro de 2003, no valor de R\$ 3 mil, em junho de 2007 passaram a ser feitos de R\$ 15 mil a cada três meses (R\$ 5 mil/mês), e cessaram somente em meados de 2015, com a prisão de

OUTRO LADO

Defesa vê 'denúncia requeitada'

O advogado Cristiano Zanin Martins, que defende o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou ontem, em nota, que "a denúncia oferecida hoje em São Paulo pelos procuradores da Lava Jato contra Lula repete as mesmas e descabidas acusações já apresentadas em outras ações penais".

BEMPARANÁ 10 SET 2019

Caixa 2

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) rejeitou ontem a ação que pedia a cassação do deputado estadual



Orlando Kissner/Alep

Subtenente Everton (PSL), assim como de Coronel Figueiredo (PSL), primeiro suplente de deputado federal da coligação. Na ação, o Ministério Público Eleitoral (MPE) alegou ter havido “caixa 2”, pela não declaração de um material impresso fornecido pela Associação dos Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas do Paraná (Asmir) em um jornal da entidade. De acordo com a defesa, o TRE rejeitou a acusação “entendendo que a conduta não teve qualquer reflexo na eleição dos candidatos, afastando assim a gravidade dos fatos que justificasse cassação do mandato conquistado nas urnas”.

Manobra

O deputado estadual Homero Marchese (PROS) e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano (PSDB), se “estranharam” na sessão de ontem, durante a votação do reajuste salarial dos servidores do próprio Legislativo, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública do Estado. Marchese acusou Traiano de promover uma “manobra”, ao incluir os projetos de reposição dos funcionários desses poderes na pauta da ordem do dia da sessão de hoje, sem ter anunciado isso na sessão anterior.

Interferência

Marchese tentou apresentar emendas propondo que o reajuste dos funcionários da Assembleia, TJ, MP, Tribunal de Contas e Defensoria também fossem parcelados até 2022, como os servidores do Executivo. Traiano, porém, recusou as emendas alegando que o parlamentar não conseguiu o número mínimo de 28 assinaturas de deputados para apresentá-las. Marchese respondeu que não conseguiu em razão da suposta “manobra” de Traiano de incluir os projetos na pauta sem comunicar a decisão com antecedência. “É evidente que a ordem do dia não foi anunciada na sessão anterior”, criticou. Aqui não há interferência de Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas. Não posso permitir que venham a imputar o presidente ‘manobras’”, reagiu o tucano, visivelmente irritado com as declarações de Marchese.

OUTROS PODERES

Deputados aprovam reajuste de 4,94%

Os deputados estaduais aprovaram ontem o reajuste salarial de 4,94% para os servidores públicos da própria Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública do Estado. Ao contrário dos funcionários do Executivo, a reposição dos servidores desses poderes será integral, e paga retroativamente a maio de 2018.

Em 21 de agosto, a Assembleia aprovou projeto do governo de reajuste de 5,08% para os servidores do Executivo, parcelado até 2022.

Na votação de ontem, o deputado Homero Marchese (PROS) tentou apresentar emendas para que a reposição para os funcionários dos demais poderes também fosse parcelado, mas elas foram recusadas pelo presidente da Alep, Ademar Traiano (PSDB), pela falta do número mínimo de 28 assinaturas de apoio entre os deputados. 34 deputados foram favoráveis, 15 contrários e dois se abstiveram. “Não podemos ser ‘tigrão’ com os servidores do Executivo, e uma ‘tchuchuca’ com os servidores dos demais poderes”, criticou Marchese.

Indicação de PGR será votada no dia 22

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse ontem que a indicação do novo procurador-geral da República deve ser votada em plenário na semana do dia 22 de setembro. Como o mandato da atual procuradora-geral Raquel Dodge termina no dia 17 deste mês, o cargo deverá ser ocupado interinamente por um substituto.

Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro indicou o subprocurador-geral Augusto Aras para a função. A indicação passará por uma sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e depois precisa ser aprovada por maioria em plenário.

“Acho que não dá prazo (para votar até o dia 17), porque há um pedido de vista coletivo, que é natural a partir da sabatina. Deve ser na semana do dia 22”, disse Alcolumbre ao chegar na vice-presidência da República para uma reunião com Hamilton Mourão, que ocupa de forma interina o comando do país com o afastamento do presidente Jair Bolsonaro para uma cirurgia.

10 SET 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

"Fato gravíssimo"

O ministro do STF Celso de Mello classificou a censura a livros da Bienal do Rio como 'fato gravíssimo'. Nas palavras de Celso de Mello, "sob o signo do retrocesso – cuja inspiração resulta das trevas que dominam o poder do estado–, um novo e sombrio tempo se anuncia: o tempo da intolerância, da repressão ao pensamento, da interdição ostensiva ao pluralismo de ideias e do repúdio ao princípio democrático".

Ainda segundo o ministro, "mentes retrógradas e cultoras do obscurantismo e apologistas de uma sociedade distópica erigem-se, por ilegítima autoprocamação, à inaceitável condição de sumos sacerdotes da ética e dos padrões morais e culturais que pretendem impor, com o apoio de seus acólitos, aos cidadãos da república".